

Sindicato dos rodoviários quer piso único para os motoristas

Sindicato dos rodoviários quer piso único para os motoristas

Em campanha salarial, sindicato que representa a categoria pleiteia salário igual, independentemente do tipo de ônibus

NILTON VALENTIM

niltonvalentim@dabc.com.br

A campanha salarial dos rodoviários do Grande ABC foi aberta no dia 1º de maio. Dentre as reivindicações da categoria para este ano, está o pagamento de um piso único para motoristas, independentemente do tipo de ônibus que o trabalhador dirige, além de reajuste na casa de 8% e PLR (Participação nos Lucros e Resultados) sem a exigência do cumprimento de metas.

O presidente do Sintetra (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transportes Rodoviários e Anexos do Grande ABC), Leandro Mendes, explicou que na região circulam os ônibus convencionais, os midis e os articulados.

A proposta é que os motoristas de todos os modelos recebam salários iguais. Atualmente, os trabalhadores que conduzem os convencionais e os articulados

recebem R\$ 4.026 por mês. Já os que rodam com os midis ganham R\$ 3.240. A diferença é de 24,25%.

“Se o salário de quem conduz o convencional e o articulado é igual, por que o dos midis não é?”, questiona Mendes. “Existem empresas aqui na nossa região que, mesmo tendo os midis, já pagam o salário do convencional”, destaca o sindicalista.

Os chamados ônibus midis, ou midibus, segundo definição da Fabus (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus), são “ônibus maiores que o micro-ônibus e o mini-ônibus e menores que um urbano convencional”. Mendes destaca que, na realidade, o veículo se aproxima muito de um convencional, visto que alguns possuem apenas duas fileiras a menos de bancos.

Outras reivindicações da categoria são reajuste pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e mais um percentual de aumento



CONSTATAÇÃO. Leandro Mendes destacou que empresas da região já pagam salários idênticos

real, o que resultaria em 8%, a inclusão de mais um dependente no convênio médico e o fim da adoção de metas para pagamento da PLR.

Mendes afirmou que as propostas já foram enviadas às empresas, mas que ainda não houve nenhuma rodada de negociações. “Até porque a

gente não consegue acertar na primeira. São várias rodadas, várias assembleias para que possamos chegar em um número que atenda a categoria e os empresários e que não prejudique nem um nem outro”, afirmou o sindicalista.

No caso específico da PLR, ele explicou que atual-

mente os funcionários têm direito a R\$ 3.009, sendo que metade (R\$ 1.504,50) é paga sem descontos, enquanto a segunda parcela está condicionada a questões, como, por exemplo, o recebimento de multas de trânsito durante o trabalho, ou faltas, entre outras coisas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 5